

Jó Klanovicz*

◉ **Memória, fotografias e algumas versões: um estudo de caso sobre o papel da memória no Sul do Brasil**

Resumo: Este artigo discute as relações entre o ofício do historiador, a memória, a história e o uso de relatos e imagens, com base em estudo de caso sobre dois relatos que foram tomados de um mesmo depoente no sul do Brasil em 2003 e 2004, acerca da modernização da agricultura no meio-oeste de Santa Catarina.

Palavras-chave: Imagem; História; Memória; Identidades; Brasil; Séculos XX-XXI.

Abstract: This article discusses the relationship between memory, history, and the use of testimonies and images by the History. It's a case study about two testimonies caught in South-Brazil between 2003 and 2004, that narrated the process of agricultural modernization of middle-west region of the state of Santa Catarina.

Keywords: Image; History; Memory; Identities; Brazil; 19th and 20th Century.

A pesquisa histórica sobre a relação público-privado e sobre as formas que políticas globais assumem ao atingirem a intimidade tem forçado historiadores a repensar constantemente suas categorias de análise e suas abordagens teórico-metodológicas. Como consequência, o ofício acaba por inserir-se e se especializar nos campos nos quais os impactos dessas relações entre “macro” e “micro” são mais evidentes, entre eles a etnicidade, os movimentos migratórios, as relações entre humanos e mundo natural. Dessa forma, também, é que se faz necessário dispensar atenção cada vez maior à história oral, tanto como forma de aquisição/produção de evidências para o trabalho da história da vida privada (método), quanto como campo propício para a análise das relações entre história e memória na elaboração e na inferência de relatos (teoria).

Em outros termos, a acuidade da pesquisa histórica que envolve depoimentos sugere e pressupõe o cuidado não apenas com a forma de aquisição de uma história de vida, por exemplo, mas também e, simultaneamente, com a problematização dos elementos favorecedores ou não da aquisição de relatos. Tais problemas dizem respeito ao campo da história oral como disciplina e abordagem de fontes para a pesquisa (Thomson 2002).

* *Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007). Pós-doutorando em Etnope-dologia e História Ambiental no Departamento de Agronomia do Centro de Ciências Agroveterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina (Lages, Brasil). Publicou os livros Um centro de corações sinceros (2008), Das Araucárias às Macieiras: transformações da paisagem em Fraiburgo/SC (2005) e História, Trabalho, Cultura e Poder (2004). Contato: klanov@gmail.com.*

Mas o relato, em sentido amplo, remete-nos a uma outra esfera subjacente ao método: as relações entre a história (como campo do conhecimento e como conjunto de lembranças de um indivíduo ou grupo social no senso comum) e a memória (o ato consciente de lembrar, atualizar e representar o passado).

O espaço dos relatos e as funções da memória

Relatos são amparados por memórias. A memória trabalha no sentido de armazenar informações pertinentes e necessárias à convivência em sociedade e ao desenvolvimento de relações de poder. Ela reside no indivíduo, expande-se e se retrai conforme as relações de poder que envolvem determinado grupo humano; “paira no ar” das conversas de esquina e bares, apaga lembranças não muito benéficas para determinada coletividade aqui ou para os interesses de alguns indivíduos acolá, enquanto reafirma interesses de outros. Quando não conseguimos resolver uma equação matemática aprendida na escola há muito tempo, comumente afirmamos que estamos com a “memória fraca”, ou então procuramos nos justificar do esquecimento daqueles problemas mediante o argumento de que um espaço de tempo relativamente longo haveria traçado uma fronteira entre nosso conhecimento atual do problema e nosso conhecimento passado. Ao que tudo indica, essa memória é o resultado aparente de um processo individual de armazenamento de informações.

É a convivência com preocupações atuais que fazem com que a memória daquelas equações matemáticas aprendidas no passado não tenha importância social e seja substituída por outras memórias, coletivas, que incidem sobre as escolhas individuais acerca do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido, mesmo que de forma quase involuntária. Em outros termos, a memória assume um caráter individual na forma de um arquivo pessoal de lembranças, que parece ser acionada de maneira inconsciente. No entanto, esse esforço de delimitação de um conceito de memória não deve obscurecer a polissemia de seus significados, atribuições, propriedades e sentidos.

Maurice Halbwachs (1990), num estudo clássico, descreveu, tipificou e classificou as variedades de memória que permanecem no mundo social, variedades essas que são, segundo o autor, por vezes imperceptíveis:

Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoa, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver que nos espantariamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós. Em nosso pensamento, na realidade, cruzam-se a cada momento ou em cada período de seu desenvolvimento, muitas correntes que vão de uma consciência a outra, e das quais ele é o lugar de encontro. Sem dúvida, a continuidade aparente daquilo que chamamos nossa vida interior resulta em parte de que ela segue, por algum tempo, o curso de uma dessas correntes (Halbwachs 1990: 47).

Correntes que emanam e são produzidas no todo social, mas que orbitam em torno de um trabalho da memória, um trabalho substitutivo à história, quando se torna necessário a grupos sociais e indivíduos redesenhar ou criar um passado, representado e idealizado. Esse trabalho de memória enriqueceu o debate historiográfico com especial ênfase por meio de Pierre Nora (1993), ao propor uma espécie de regime simbiótico envolven-

do memória e história, posicionadas em espaços delimitados, mas porosos. Preocupado em analisar a construção de uma identidade nacional francesa no segundo pós-guerra, Pierre Nora acabou por pensar os momentos em que a memória encontrar-se-ia com a história, pontuando prováveis pontos de inflexão entre oralidade e escrita, ou ainda entre tradição e história.

Elizabeth Jelin (2003), preocupada com a construção da memória sobre os regimes ditatoriais da América Latina que graçaram especialmente nos anos 1970 e 1980, reforçou o uso da categoria de “trabalho de memória” de Pierre Nora, com vistas ao aproveitamento analítico não só das lembranças de perseguidos políticos, mas também de seus esquecimentos nada gratuitos ou não-intencionais. Nesse sentido, aproximou-se em muito de observações como as de Paul Ricoeur, que, afirmando que “a memória é falível”, acabou por fazer coro ao refrão de que as memórias coletivas de certas comunidades por vezes permanecem em tensão perpétua com a construção de identidades e com a própria história oficial, ao contrário da leitura que Pierre Nora sempre tentou preservar, aquela da simbiose entre uma e outra.

Ao historiador, portanto, no contato com entrevistas e levando em consideração a perpétua tensão entre memória e história, entre esquecimentos e lembranças, nada gratuitos ou não-intencionais, caberia um questionamento primordial sobre os tipos, as variedades e propriedades de memória que depoentes estariam dispostos a compartilhar sob a forma de documentos elaborados em co-participação. Essa preocupação básica e inicial representa o viés pelo qual pretendo, agora, tecer considerações sobre as relações entre uma história de vida e de experiências do privado e a busca incessante do historiador por um relato amplo desses tipos de “histórias”. Em que medida esses relatos correspondem ao mundo privado e sob quais influências estão sendo elaborados? Como trabalhar com um relato que atualiza o passado e que, ao mesmo tempo, é contraditório com depoimentos anteriores de um mesmo colaborador? Quando há desencontros como esse, entre depoimentos de um mesmo ator histórico, em períodos diferentes de obtenção do relato e sobre um mesmo tema, a qual relato se deve recorrer, como historiadores que usam a oralidade como fonte? Quais os instrumentos necessários para atribuir credibilidade e confiabilidade, e em que grau atribuir a uma primeira ou última entrevista? E no que diz respeito à veracidade ou verossimilhança das mesmas? Deve-se ignorar a qualidade da fonte, desprezar total ou parcialmente ambos os relatos?

A contradição de memórias sempre é fascinante. Deliciamo-nos diariamente com ela em filmes, em seriados de TV, especialmente aqueles que relatam casos policiais ou júris. Situação semelhante de contradição de memórias ocorreu com o senhor Edgar de Freitas, investidor do ramo agrícola, no município de Fraiburgo, meio-oeste de Santa Catarina. Com o objetivo de preservar o depoente e seu relato, já que o mesmo foi colhido em meio a um tema que ainda está sendo disputado do ponto de vista da história oficial da localidade em que Freitas vive, alterei deliberadamente seu nome e pequena parcela da descrição de suas atividades, sem, no entanto, modificar o sentido dado às informações obtidas.

Desde a década de 1970, Freitas esteve envolvido com a administração de projetos de fruticultura de clima temperado em Fraiburgo, município criado em 1961 no meio-oeste do estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, e empresário bem sucedido no ramo, daí sua importante contribuição para o desenvolvimento econômico local e seu peso político nas decisões da comunidade. Por enquanto, são esses os aspectos importantes e

que o leitor precisa saber acerca do senhor Edgar. Ele foi entrevistado por mim duas vezes durante uma pesquisa histórica sobre a expansão dos pomares de macieira na região. A primeira entrevista realizada com o senhor Freitas foi em 13 de fevereiro de 2003. A segunda, com teor semelhante, foi feita em 15 de fevereiro de 2004. Perguntado sobre o processo de implantação de pomares de macieira na região de Fraiburgo, onde teve a oportunidade de deparar-se com inúmeras fotografias e ilustrações que estavam em meu poder, Freitas foi “pego por sua memória” (Freitas 2003) acerca da expansão da fruticultura de clima temperado naquela cidade.

Numa das imagens que lhe foi apresentada, um padre posava ao lado de uma macieira, com um grande pomar ao fundo. A fotografia foi tirada em 1973 e ostensivamente reproduzida, e, atualmente, está exposta na Casa da Cultura “Lydia Frey”, no centro de Fraiburgo, no Museu Empresarial da Agrícola Fraiburgo Indústria e Comércio Ltda., localizada no distrito de Rio das Pedras, município de Videira/SC e presente nos documentos da antiga Escola de Segundo Grau “Sedes Sapientiae”, de Fraiburgo. Ao lembrar e atualizar o que se passava naquela imagem, Freitas afirmou se tratar de um pomar da Sociedade Agrícola Fraiburgo S/A (Safrá S/A) que estava sendo abençoado pelo então pároco municipal, o Padre Biágio Simonetti (1924-2003), em 1973 (Freitas 2003). Um ano depois, em 2004, apresentado à mesma imagem, o depoente afirmou se tratar do diretor da Escola de Segundo Grau “Sedes Sapientiae” em vistoria técnica a um dos pomares da cidade (Freitas 2004). É importante lembrar a leitores e leitoras que o padre Biágio Simonetti, em 1973, acumulava a função de pároco da cidade e de diretor da escola. Até aí, tudo bem. Mas as funções dos dois cargos eram totalmente diferentes e, dessa forma, Biágio Simonetti era apresentado ora como padre, ora como diretor de escola; ora como religioso e imbuído de uma função de guia espiritual, ora professor com atribuições seculares. A comunidade estudantil afirmava que o padre não misturava assuntos religiosos com assuntos escolares, quando dentro da escola (Klanovicz 2002; Costella 2002).

As informações contraditórias ou ambíguas da fotografia apareciam também na consulta da imagem nos arquivos da escola, do Museu Empresarial da Agrícola Fraiburgo e na Casa da Cultura. No Museu Empresarial, a legenda da imagem afirmava que o padre estava abençoando os pomares da Safrá S/A. Já no *Processo de Criação do Curso Técnico em Agropecuária da Escola de Segundo Grau Sedes Sapientiae*, a legenda colocada na fotografia dizia que aquele momento era o de uma vistoria do diretor da escola aos pomares da cidade. De um lado, uma informação precisa: um padre exercendo sua função religiosa de abençoar um pomar de uma empresa privada, cerimônia tradicional num país católico em maioria. De outro, uma referência difusa, que não indicava a localidade da ação, nem o tempo, nem o nome do ator que aparece em primeiro plano na imagem. Certamente que uma solução para esse impasse, ou pelo menos uma estratégia de dirimir a dúvida com relação àquela fotografia, seria apresentá-la para o próprio diretor da escola. No entanto, Biágio Simonetti desde 2002 estava num asilo em Nápoles, na Itália, e veio a falecer no ano seguinte. O que fazer?

Perguntado sobre as contradições de sua informação com referência à imagem nos dois relatos que coletei, o primeiro em 2003 e o segundo em 2004, Freitas tentou explicar seus “esquecimentos” e “equivocos”. De início, afirmou que, ao buscar explicações sobre os esquecimentos, temia estar sendo influenciado em suas memórias pelas lembranças dos outros (da minha, no momento da entrevista, daquelas que estavam no

Museu, na escola e na Casa da Cultura) e não de suas próprias (Freitas 2004). Em resumo, a situação colocada pela coleta de dois relatos com um mesmo depoente sobre uma fotografia apresentou os seguintes resultados: (1) as reproduções exibidas na Casa da Cultura “Lydia Frey” e a exibida no Museu Empresarial da Agrícola Fraiburgo falavam da benção do padre Biágio Simonetti aos pomares; (2) o segundo relato de Edgar de Freitas e o *Processo* arquivado na Escola de Segundo Grau “Sedes Sapientiae” falavam da vistoria civil, de uma autoridade educacional, aos pomares; (3) a ampla difusão da imagem, em três espaços públicos diferentes, revelou que aquele ato de benção ou de vistoria aos pomares foi apropriado, de diversas formas, com o sentido de construção de uma memória coletiva de Fraiburgo, e (4) o padre posava perfilado à planta e o foco capturava somente seu rosto e parte do tronco, mas a diferença de legendas colocadas na imagem e a contradição exposta no depoimento de Freitas trouxeram à tona a problematização do conceito de memória, tanto em termos de sentido, quanto de eficácia.

Por uma memória eficaz

Qual memória seria mais “eficaz” para a construção da identidade local de Fraiburgo e para o relato de Freitas? A vistoria de pomares de macieira por um diretor de escola, preocupado, exclusivamente, com a formação de mão-de-obra qualificada para o emprego em processos técnicos de produção que beneficiavam, em primeira mão, as empresas carentes de braços para o trabalho ou a benção a plantações, dada pelo pároco da cidade, que remeteria os pomares a ideias cristãs relativas à abundância de alimentos, benefícios sociais a empregados rurais e trabalhadores ligados a pomares ou ainda à sujeição da natureza para fins humanos? A aproximação e comparação da fotografia repetida em três locais distintos com os dois relatos de uma mesma pessoa nos faz problematizar as relações entre memória individual e memória coletiva, levando em conta a existência de ambas no tecido social.

A historiadora Helenice Rodrigues da Silva (2002), com base nos estudos do filósofo francês Paul Ricoeur, elaborou um quadro da relação entre memória individual e memória coletiva, dando ênfase ao papel filosófico da memória, que sempre remeteu os grupos sociais à presença da imaginação. Para a autora, Platão atribuía um sentido metafórico à memória que, como metáfora, era entendida como a junção de palavras que não tinham relação entre si, visando a formar uma outra imagem com finalidade estética. Nesse sentido, a memória no sentido platônico passava por um processo semelhante de submissão ao mundo das idéias. Em síntese, significa dizer que a memória seria o passado construído e transmitido por imagens e representações, ao passo que surgiria da imaginação, entendida como bastante vulnerável (Silva 2002).

Caso a memória fosse constituída apenas pela imaginação, não haveria conectividade entre a primeira e a realidade vivida pelo ator social. O passado não seria mais que um conjunto de representações que derivariam do mundo das idéias. Entretanto, as idéias continuam influenciando a memória, já que são constituídas socialmente, no contato entre indivíduos e desses indivíduos com instituições e ambientes. Nesse sentido, a memória reconduzida de Silva, aquela que escapou à prisão ideal de Platão, ressurgiu como uma memória social, coletiva, fortemente estabelecida por meio de experiências que se dão na sociabilidade (Silva 2002).

A memória individual estruturar-se-ia e inserir-se-ia no cômputo da memória coletiva. Entretanto, a premissa de Helenice Rodrigues da Silva de que a memória individual estaria condicionada à inserção na memória coletiva não consegue explicar contradições de depoimentos como o de Freitas. Se a memória coletiva condiciona a construção da memória individual, como o depoente pôde escapar à definição pública da fotografia já apresentada? Como pôde ele contradizer o que instituições de guarda da memória atestam como verdade que ele mesmo construiu? E, principalmente, como pôde ele ter contradito a própria explicação da imagem que havia sido elaborada na sua primeira entrevista, um ano antes daquela realizada em 2004?

Talvez possamos considerar que a ligação entre memória individual e memória coletiva se dê na contiguidade entre elas: mas dizer que a coletividade condiciona a memória individual seria sugerir que a busca por uma história da vida privada estaria simplesmente reduzindo a escala de análise das relações políticas e sociais mais amplas, bastando, para isso, analisar essas macro-explicações pormenorizadamente, já que uma primeira memória condiciona e subordina outra, meramente reflexiva. Afinal de contas, a memória individual estrutura-se na memória coletiva ou é anterior a ela?

* * *

Todos somos influenciados por lembranças, histórias e memórias dos outros, mesmo que não tenhamos consciência ou percepção direta dessas influências. As memórias dos outros podem efetivamente nos invadir. Elas são como um “cavalo de Tróia”, precisamente porque nós não conseguimos detectar de imediato sua influência. Entender como uma memória pode ser questionável é importante, não somente porque é importante para a história ou é historicamente contingente, mas porque isso é ponto central para entendermos as formas pelas quais nos identificamos.

As pesquisas atuais mostram como a memória pode ser expansiva (quanto pessoas não são testemunhas de acontecimentos assimilam novas informações sobre os mesmos) e elas utilizam um simples paradigma: sujeitos testemunham um evento complexo, como um filme de um acidente ou de um crime. Consequentemente, muitos o percebem de maneiras diferenciadas. Finalmente, todos os assistentes buscam rememorar o evento original. Os elementos presentes nessa rememoração são alterados com baixa intensidade. Contudo, o sentido da rememoração pode ser alterado ou redimensionado.

Não se pode negar que determinado grupo de pessoas diferentes testemunhou o evento num dia “x” e numa condição “y”. Mas o sentido dado ao evento assume destinos diferentes de indivíduo para indivíduo. Aparentemente, desconsiderar a multiplicidade de opiniões significaria descrever no potencial de interpretação de um fenômeno ou evento através de um relato sobre o mesmo. Por outro lado, elaborar um quadro estimativo das impressões dos testemunhos, mesmo que todos os presentes ao filme fossem entrevistados, significaria homogeneizar impressões sobre o evento, através da formação de uma memória coletiva somente pertencente àquele grupo. Significaria desconsiderar a pluralidade de recepção da informação. Mas o que constituirá a permanência do filme e a eficácia do testemunho será a comunicação capaz de ser elaborada entre os receptores no momento do acontecimento. Isso significa que a história da percepção do evento está profundamente ligada à memória individual do testemunho.

Sem memória individual, a vida consistiria em experiências momentâneas que teriam pouca relação entre si. Sem memória individual não seria possível comunicarmo-nos

com outros porque não lembraríamos quais idéias expressar. Sem memória não teríamos o senso de continuidade, mesmo para saber quem somos. Não é de admirar que filósofos e cientistas tenham se interessado pelo sujeito como “arquivo que armazena eventos”.

A mitologia grega deu-nos a musa da memória ou da lembrança, a Mnemosine. Mnemosine dava poder através de suas filhas para “dizer o que é, o que foi e o que será”. Sintetizando a memória, Mnemosine representou a fundação das disciplinas intelectuais. (Le Goff 1998: 38). Para alguns filósofos gregos, a musa também representou um ponto paradoxal pelo qual o ato de memorização, de armazenamento de informação somente se dava por meio da necessidade de classificação e descarte de outra informação.

Alguns dos escritos históricos mais profundos sobre a memória surgiram durante o século XVII. Em 1690, por exemplo, John Locke (1632-1704) esforçou-se para fazer uma distinção entre sensação e reflexão (Locke 1999), duas fontes ou idéias na mente. Para Locke, as reflexões consistiam de pensamentos sobre pensamentos, e esses poderiam modificar o simples conteúdo sensível da mente que era criado e originado por meio do mundo perceptível dos objetos. Locke antecipou a pesquisa moderna sobre a memória quando argumentou que ela constituía-se como complexo de ideias sensíveis modificado por uma história das reflexões. David Hume (1711-1776), cinquenta anos mais tarde, também reconheceu que nossas memórias poderiam conter tanto fatos quanto ficções sobre um mesmo evento. Ao tentar distingui-los, separá-los, Hume sugeriu que a memória factual tendia a ser “mais viva e mais forte” e “pintava seus objetos com cores mais distintas” (Durant 1995: 25). Assim, a verdade e a falsidade na memória tenderiam a “calcificar” o debate filosófico. Os métodos modernos de investigação da memória desenvolveram-se a partir das abordagens de Locke e de Hume. Ao final, a história tornou-se o estudo de nossas memórias coletivas e a psicologia encontrou espaço para si como estudo científico da espécie humana em geral e da memória individual em particular.

Contudo, se as memórias coletivas são como quadros, como pinturas que distinguem traços, o que pode ser considerado passado no meio desses registros e dessas cores e formas? A memória não estaria novamente presa à captação de feixes de impressões disformes, reflexos do mundo sensível, mas que estariam sintetizados pela imaginação? Para Hume, essa seria a função da memória: captar impressões do mundo através dos sentidos, impressões disformes e distorcidas.

Ao rememorar ou memorizar, estaríamos sintetizando ou captando impressões das por uma história das reflexões que partem e vão direto ao mundo real por meio de mecanismos sensoriais humanos. Relembrar significaria, portanto, reconstruir constantemente o passado. No caso de Freitas e seus relatos, o passado que voltava aos olhos era o passado de uma modernização agrícola característica de Fraiburgo, a principal região produtora de maçãs no Brasil, uma modernização que começou na década de 1960 e que ainda tem uma história oficial em disputa por vários grupos.

Contexto: uma agricultura modernizada

A idéia de que diferentes grupos sociais articulam e acionam mecanismos específicos para a elaboração da memória coletiva vem sendo amplamente discutida desde a obra clássica de Maurice Halbwachs, passando por Jacques Le Goff e outros. A memória coletiva representa, para a história, uma tentativa de coesão social de grupo. Dentro da

articulação da memória coletiva do grupo, existem várias memórias individuais que disputam espaço, lutam pelo “poder de memória”, travam embates para constituírem-se como parte influente da memória coletiva. A criação de identidades locais representa, numa escala microscópica, esses embates entre as diversas formas de memória. Uma espécie diminuta do que Tzvetan Todorov considerou como as “feridas coletivas” que formam uma nação (Silva 2002).

O surgimento da atividade de fruticultura de clima temperado no município de Fraiburgo data de 1962, quando uma sociedade firmada entre a família local Frey (proprietária de terras na região meio-oeste catarinense) e os fruticultores franco-argelinos Mahler-Evrard começou a produzir mudas de frutas para serem vendidas em todo o território nacional brasileiro. De início, essa empresa consistia na reunião de interesses econômicos das duas partes, mas rapidamente seu sucesso passou a ser expandido para a construção discursiva da história oficial de Fraiburgo. Deve-se lembrar também que o município surgia como entidade política e territorial independente em 1961, num momento de confiança no desenvolvimento regional catarinense, amparado por planejamentos econômicos centralizados na capital do estado e que derivavam dos planejamentos econômicos da era JK.

O primeiro projeto de fruticultura tinha caráter experimental e consistia num pomar de pouco mais de 40 hectares, instalado com mudas de árvores frutíferas de clima temperado trazidas da França para o Brasil pelo empresário francês Henri Evrard e cuidados pelo engenheiro agrônomo franco-argelino Roger Biau (Klanovicz 2007). Rapidamente, a Sociedade Agrícola Fraiburgo S/A (Safrá S/A), além de plantar mudas de frutas como maçã, pêra, nectarina, pêssego e ameixa, passou a plantar uvas. Em 1964, a Safrá S/A constituía a Vinícola Fraiburgo S/A, responsável pela maior cantina de vinhos do Estado de Santa Catarina na época, com 120 funcionários no setor de produção.

Os ingredientes para a construção da identidade local estavam quase todos preparados e selecionados: (a) o ideário de progresso tecnológico oriundo da produção de frutas de clima temperado com base no uso de insumos e de mecanização da agricultura; (b) o espaço agricultável vasto e disponível, de boa formação geográfica para a implantação de projetos de pomares; (c) disponibilidade de mão-de-obra de baixo custo, que favorecia as empresas produtoras que gastavam pouco com salários, mas que ao mesmo tempo empregavam muitos trabalhadores fazendo a economia local girar, e, pensando somente em termos de elites, (d) autoridades locais, entre elas membros do poder público civil, da igreja católica e da igreja luterana, dispostas a apoiar projetos modernizadores.

Em 1963, o padre italiano Biágio Simonetti (Pontifício Instituto das Missões – PIME) veio da Amazônia para Santa Catarina, com o objetivo de assumir a nova paróquia de Fraiburgo. Desde o momento de sua chegada à cidade, trabalhou no intuito de construir um ginásio no município. Em 1965, o ginásio era inaugurado e daí até o ano de 1973, promoveu-se a expansão da estrutura escolar e a abertura de cursos técnicos de segundo grau. As relações entre a paróquia e a prefeitura foram bastante próximas até certo momento, sendo que o padre tinha direito a uma cota mensal de combustível para dedicar-se às capelas do interior e trabalhar com a educação no município. Segundo o engenheiro agrônomo Jorge Bleicher, extensionista da Associação de Crédito Rural de Santa Catarina (Acaresc) em Fraiburgo de 1970 a 1975, o padre era uma “força para o mundo rural, além de ser, juntamente com outras personalidades como o prefeito Willy Frey, um progressista e visionário” (Bleicher 2002).

Foi Biágio Simonetti, durante a administração do prefeito Willy Frey, que passou a construir os primeiros símbolos da memória coletiva de Fraiburgo. Trouxe para a Escola de Segundo Grau “Sedes Sapientiae” a primeira Festa da Maçã, quando a principal atividade da cidade era a produção de uvas; realizou eventos voltados à promoção da identidade local, tais como a ideia de colocar placas públicas no formato de maçã. Biágio Simonetti também foi responsável pela divulgação de Fraiburgo como “Capital Brasileira da Maçã”, para outras regiões do Estado e do Brasil, por meio de encartes distribuídos pela escola (Escola “Sedes Sapientiae” 1973). Nesse sentido, o padre estava em contato direto com os projetos de fruticultura que eram implantados entre o final da década de 1960 até 1975, tirava muitas fotografias, fazia-se fotografar em meio a pomares e estava presente em todas as comemorações voltadas à colheita, prestando serviços religiosos.

A relação das empresas produtoras com a busca de uma “prática moderna” de agricultura fez com que políticas públicas amplas de desenvolvimento agrário acabassem por ser percebidas no âmbito do privado com uma intensidade diferente.

Enquanto que, para o agrônomo Jorge Bleicher, a expansão e a prática moderna de fruticultura representavam a transformação de áreas incultas em locais geradores de progresso (nas suas próprias palavras), outros entendiam que os projetos de pomares levariam Fraiburgo a desenvolver mecanismos específicos de manutenção de uma identidade e de uma história locais, mesmo que não discutissem tal tema de forma consciente e voluntária. Pelo menos é o que sugeriu a escritora Gentila Porto Lopes, quando escreveu *Glória de Pioneiros: o Vale do Rio do Peixe (1934-1984)* (Lopes 1984). Num livro que traça o desenvolvimento da região vinculado à atividade empreendedora da família Frey a partir da década de 1930, a autora teve a clareza de situar o papel da memória coletiva na escrita da história local. Dizia ela que:

a conquista da posteridade está vinculada a uma série de princípios, relacionados, obviamente, com a atitude humana durante a sua peregrinação terrena. Conquistá-la, portanto, não é tão fácil; mais decepcionante, porém, é o anonimato pela omissão. Há também os atributos, através dos quais se obtém renome ou fama, como por exemplo: atos de bravura; preservação de relíquias; de obras de arte; monumentos; enfim, uma série de outras coisas às quais nos apegamos, seja por fantasia ou, até mesmo, por falta de segurança (Lopes 1984: 9).

É possível que Biágio Simonetti estivesse, ao posar ao lado de uma macieira em 1973, conquistando a posteridade por meio da não-omissão de suas ações como diretor da Escola de Segundo Grau “Sedes Sapientiae” e como pároco. O desenvolvimento da fruticultura de clima temperado também remetia a uma espécie de ato de bravura, já que foram poucos, de início, os que acreditavam no sucesso da atividade, em meio a uma cidade que se estruturou com base no extrativismo vegetal. Segundo Jorge Bleicher, havia certa resistência ao desenvolvimento de atividades que escapassem ao tradicionalismo econômico da criação extensiva e do extrativismo na região de Fraiburgo, ainda na década de 1970 (Bleicher 2002).

Fotografias da atividade extrativista, em comparação com o volume daquelas voltadas à implantação de pomares, representam a substituição da importância social da atividade econômica em Fraiburgo a partir do final da década de 1960. A contiguidade da imagem com a realidade social, na perspectiva de Lúcia Santaella e Winfried Nöth, se não indicam haver uma diminuição da importância econômica da extração de madeiras, sugerem, ao mesmo tempo, que a atividade de fruticultura tinha atributos que poderiam

ser melhor manipulados para a construção da identidade coletiva de uma “Fraiburgo Frutícola”.

A partir da reunião dos elementos favoráveis à construção da história local nova e moderna (a intenção progressista das autoridades locais civis e religiosas, a presença da escola, o aumento da migração de mão-de-obra e a divulgação da cidade como “Capital Brasileira da Maçã” em nível regional), outros discursos foram-se aproximando ao da fruticultura para reforçar uma memória coletiva de luta contra o espaço bravio anterior (mata) e de valorização do trabalho ordeiro. É o caso de Rosy de Sá Cardoso, que, em 1989, lembrando de Fraiburgo, relatou que:

conheci Fraiburgo em fins de 1973. apenas de passagem, e a pequena cidade em nada me impressionou. Voltei nos últimos dias de março de 1978, quando então pude conhecê-la; e começou um caso de amor e admiração. De lá para cá, voltei muitas vezes à cidade que nasceu em dezembro de 1961. Fraiburgo de hoje é diferente daquela que conheci em 73; e entre suas mudanças mais impressionantes está o crescimento da cultura da maçã (Frey 1989: 12).

Memória e história

Certamente alguns atos de lembrança não envolvem a reconstrução do passado. Não há indicação de que nós reconstruamos algo quando lembramos do próprio nome. Não parece existir alguma reconstrução quando lembramos de tabuadas, de teoremas matemáticos ou do significado das palavras comuns em nossa língua nativa ou quando usamos uma faca e um garfo ou mãos para comer. Brevemente falando, nosso vasto espaço de memória contém diferentes tipos de memórias. Incluí conhecimentos amplos de mundo, mas também nossas experiências mais ínfimas, como uma conversa de ontem. Esses dois tipos de memória podem operar por um diferente conjunto de leis.

O psicólogo canadense Endel Tulving cunhou uma distinção útil entre duas classes de memória. Ele sustentou haver dois tipos de memória: a memória semântica e a memória episódica. Em suas próprias palavras:

a memória episódica recebe e armazena informação sobre episódios ou eventos temporalmente datados, e de relações espaço-temporais que envolvem esses mesmos eventos. A memória semântica serve necessariamente à linguagem. Ela é um dicionário mental, um organizador dos pensamentos de uma pessoa que irá armazenar ali palavras e outros símbolos verbais, seus significados e seus referentes, regras, fórmulas, algoritmos para a manipulação desses símbolos, conceitos e relações (Tulving 1997: 232).

Em outros termos, as memórias episódicas contêm informações sobre experiências de vida particulares. Elas são as memórias de informações que são associadas com um tempo e com um espaço particulares.

A memória semântica tem a ver com o conhecimento mais amplo. Palavras e conceitos que a pessoa conhece sem necessariamente conhecer como ou quando ele foi primeiramente adquirido devem ser incluídos nessa categoria (Tulving 1983).

Endel Tulving concebeu a memória episódica e a memória semântica como participantes de dois sistemas distintos, os quais (1) seletivamente recebem informações de sistemas cognitivos e da percepção; (2) retêm vários aspectos dessas informações; e (3)

transmitem uma informação quando necessário. Ambos os sistemas foram pensados para diferenciar – em termos do tipo de informação que é armazenada – as condições e as consequências do seu repasse e a possibilidade de sua vulnerabilidade a interferências. O mesmo autor ensaiou sobre a questão da vulnerabilidade da transformação das informações recebidas e classificadas pelas memórias. As informações do sistema episódico foram estudadas como sendo mais vulneráveis do que as do sistema semântico. Por quê? Uma das razões é que a informação no sistema semântico é “super-aprendida”, enquanto que no sistema episódico ela é tipicamente baseada sobre acontecimentos individuais.

Na formulação de Endel Tulving, a idéia de “maleabilidade” da memória assume importância quando se trata da interpretação de memórias episódicas. A idéia de que a informação pode entrar na consciência da pessoa e criar embaraços com outras memórias anteriormente apreendidas está implícita nesse esquema, o que nos remete ao problema inicial desse artigo.

O destino da memória

Quando Edgar de Freitas deparou-se pela segunda vez com a fotografia por mim apresentada, e que lhe trouxe lembranças divergentes das primeiras despertadas no ano anterior, a memória do pós-evento pôde influenciar uma lembrança de uma pessoa que refez seu percurso, mas que deixou muitas questões em aberto. Por que a informação pós-evento lembrada é distante da experiência original de Freitas?

Quando uma pessoa vê um acidente de carro numa intersecção que apresenta o sinal vermelho do tráfego e que é confundido com a luz do semáforo e, por associação, vincula-a à causa do acidente e depois fica sabendo que a luz estava verde, o que acontece com a memória original sobre a luz vermelha? A informação do pós-evento atualiza ou altera a memória original? Como fica composta a atualização dessa informação no futuro, ou seja, no momento da tomada do depoimento?

Os indícios representados pelas imagens reproduzidas em três espaços diferentes e pelo relato de Edgar de Freitas revelam algumas formas de relação entre memória coletiva e memória individual. Como representante de uma empresa que tinha interesses financeiros na região no momento em que a fotografia foi tirada em 1973, e numa posição política de destaque, nada mais claro para o depoente que a necessidade de fortalecer a identidade local apelando para a presença de um padre no meio rural, em meio a uma cerimônia religiosa que sempre contagiou inúmeros indivíduos: a bênção sobre o pomar, ou seja, a bênção de Deus sobre o trabalho humano abaixo de sol e chuva, um sacrifício e graça divina, ao mesmo tempo. Como argumenta o historiador Rogério Luiz de Souza, a presença do padre constituía-se fundamental no espaço rural catarinense:

a recorrência à liderança religiosa católica indicava a permanência legítima do clero no meio rural. O extensionista, o agrônomo ou o médico só conseguiriam atuar se estivessem legitimados por essa autoridade local que os ajudaria e colaboraria no processo de desenvolvimento da produtividade do trabalho rural, uma vez que a intenção da extensão rural em Santa Catarina era participar do desenvolvimento do país, por meio da contínua elevação da produtividade do trabalho do homem do campo. Essa intervenção direta e permanente nas áreas rurais permitiria a difusão dos conhecimentos de natureza técnica, econômica e higiênico-social (Souza 1999: 232).

Mas a própria função do padre em Fraiburgo converteu-se de um mero introdutor do conhecimento e da presença do agrônomo no mundo rural para a de coadjutor da identidade local, tendo por base e princípio o conhecimento técnico-científico acerca do domínio da paisagem. Nesse sentido, a presença de um padre no meio de um pomar poderia ser justificada, para as autoridades locais, e entre elas, Freitas, como um exemplo do apoio de um diretor de escola técnica aos projetos econômicos da iniciativa privada. Para parcela da população local, relativamente distanciada dos pomares (pois seus vínculos com os mesmos resumiam-se, de início, ao trabalho na colheita e na manutenção dos mesmos, atividades essas, muitas vezes, não compreendida como um “trabalho sério”¹), a presença do padre nos pomares poderia ser traduzida pela prática da bênção das plantas e para a legitimidade daquele espaço de trabalho.

São termos diferentes de manutenção da legitimidade da presença de autoridades religiosas no mundo rural, mas também da memória coletiva. Afinal, a bênção dos pomares representava, metaforicamente, a “fé no trabalho” de uma população majoritariamente católica, e a atribuição da bem-aventurança ao trabalho agrícola voltado à fruticultura. Isso tudo sem levar em conta a legitimidade do espaço produtivo, sua importância para a manutenção da sociedade civil, e, por conseguinte, a aproximação da autoridade religiosa aos empresários locais, esse último aspecto, muito caro e necessário a Edgar de Freitas.

As contradições existentes no relato de Edgar de Freitas representam, antes de tudo, não uma confusão de termos e sim a possibilidade de maleabilidade da memória, tendendo-se como pano de fundo a modificação do contexto socioeconômico regional, além de uma tensão subjacente às fronteiras entre sua memória individual e a memória coletiva da cidade.

A confrontação de imagens com a utilização da própria entrevista revela que a memória individual não está condicionada à memória coletiva de maneira inexorável e irreversível. Não há simbiose entre uma história oficial e uma memória pretensamente inalterável. No caso do depoimento e dos documentos aqui descritos, a situação é outra: a memória individual emerge em contextos específicos, sob a escolha do depoente, e não tem muita relação com a memória coletiva. Embora o depoente tivesse medo de que suas lembranças fossem influenciadas pelas lembranças de outras pessoas, o importante é considerar que o campo da memória corresponde a diversas estratificações. Uma delas, a memória coletiva, pública, dependente, em certa medida, das memórias individuais. Outra, individual, que se faz tornar pública algumas vezes. Por fim, cada indivíduo escolhe deliberadamente em quais momentos, sob quais condições, seguindo quais influências, utilizará a memória para si: ou a coletiva, da qual também faz parte, ou a individual, numa espécie do que Richard Sennett chama de “desobediência dependente” (Sennett 2001).

A experiência de Edgar de Freitas nos lembra que os depoimentos nos auxiliam a entender “como as matrizes em movimento das forças sociais impactam e moldam os indivíduos, e como os indivíduos, por sua vez, respondem, agem e produzem mudança na arena social mais ampla” (Thomson 2002: 120).

¹ Inúmeros trabalhadores que começaram a plantar macieiras ainda em 1969 acreditavam que o cultivo não era atividade econômica rentável, em especial porque a maçã era uma fruta que, para a população local, de acordo com as observações de Klanovicz (2002) e Costella (2002), era alimento para porcos e não para humanos.

Se os estudos sobre memória sofreram descolamentos que sugerem uma saída do campo da memória coletiva – em virtude das conseqüências nefastas causadas pela apropriação dela na primeira metade do século XX – para a memória individual (Maluf 1995), é importante salientar que agora torna-se imprescindível conceber a memória em termos relacionais que envolvem não só a memória individual e coletiva, mas também uma memória semântica e uma episódica que corroboram esforços no sentido de fornecer informações tanto para a coletiva quanto para a individual num mesmo depoimento.

Entrevistas

- Bleicher, Jorge (2002): *Entrevista concedida a Jó Klanovicz*. Florianópolis, Santa Catarina.
- Costella, Francisco (2002): *Entrevista concedida a Jó Klanovicz*. Fraiburgo, Santa Catarina, 13 fev.
- Freitas, Edgar de (2003): *Entrevista concedida a Jó Klanovicz*. Fraiburgo, Santa Catarina.
- (2004): *Entrevista concedida a Jó Klanovicz*. (2004) Fraiburgo, Santa Catarina.
- Klanovicz, Gomercindo (2002): *Entrevista concedida a Jó Klanovicz*. Fraiburgo, Santa Catarina.

Bibliografia

- Burke, Peter (1992): *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Durant, Wil (1995): *História da filosofia*. São Paulo: Nova Cultural.
- Escola de Segundo Grau “Sedes Sapientiae” (1973): *Processo de Criação do Curso Técnico em Agropecuária da Escola de 2º Grau Sedes Sapientiae ao Conselho Estadual de Educação*. Fraiburgo: s. e.
- Frey, Willy (1989): *Fraiburgo: berço da maçã brasileira*. Curitiba: Gráfica Vicentina.
- Halbwachs, Maurice (1990): *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Jelin, Elizabeth (2003): *State Repression and the Labors of Memory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Klanovicz, Jó (2007): *Natureza corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil*. Universidade Federal de Santa Catarina, Tese de Doutorado em História.
- Klanovicz, Jó/Nodari, Eunice S. (2005): *Das araucárias às macieiras: transformações da paisagem em Fraiburgo/SC*. Florianópolis: Editora Insular.
- Le Goff, Jacques (1998): *História e memória*. São Paulo: Martins Fontes.
- Locke, John (1999): *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural.
- Lopes, Gentila P. (1984): *Glória de Pioneiros: o Vale do Rio do Peixe (1934-1984)*. Curitiba: Lítero-técnica.
- Maluf, Marina (1995): *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano.
- Meneses, Ulpiano T. B. de (2003): “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. Em: *Revista Brasileira de História*, 23, 45, p. 11-36.
- Nora, Pierre (1993): “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Em: *Projeto História*, 10, pp. 7-28.
- Santaella, Lúcia/Nöth, Winfried (1999): *Imagem: cognição e semiótica*. São Paulo: Iluminuras.
- Sennett, Richard (2001): *Autoridade*. São Paulo: Record.
- Silva, Helenice R. da (2002): “Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória”. Em: *Revista Brasileira de História*, 22, 44, pp. 425-438.
- Souza, Rogério L. de (1999): *A reforma social católica e o novo limiar capitalista (1945-1965)*. Curitiba. Universidade Federal do Paraná, Tese de Doutorado em História.

-
- Thomson, Alastair (2002): “Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração”. Em: *Revista Brasileira de História*, 22, 44, pp. 341-364.
- Tulving, Endel (1983): *Essentials of Human Memory*. New York: Cambridge University Press.
- (1997): *What are memory disorders of? Brain and Cognition*. New York: Psychology Press.